



PARA DEFENDER E PROTEGER UTENTES O PAÍS PRECISA DE MAIS TRANSPORTE

Hoje milhares de trabalhadores do sector rodoviário de passageiros, estão na situação de “lay-off” total, com o contracto suspenso, ou com redução de actividade, devido às medidas de imobilização determinadas pelo patronato, ao mesmo tempo que começam a faltar autocarros para assegurarem o transporte de utentes dentro do quadro das medidas determinadas pelo Governo e DGS.

O conjunto das empresas deste sector, no essencial englobadas em 3 grupos – um maioritariamente nacional (Barraqueiro) e outros dois estrangeiros (Arriva e Transdev), bem como a Scotturb e a Vimeca na região de Lisboa, e mais algumas empresas na região Norte, que há dezenas de anos operam em Portugal, no quadro destruição da RN – Rodoviária Nacional.

Em todos estes anos estas empresas não subsidiaram o transporte público, mas sim acumularam lucros, em parte pagos pelos dinheiros do erário público, com o pagamento do serviço público e do transporte escolar.

Com o início do estado de pandemia que estamos a viver, estas empresas começaram logo na primeira semana a invocar prejuízos e, praticamente todas desencadearam processos de lay-off, numa perspectiva de protegerem o seu património, passando os custos da actividade desde então para a Segurança Social e para os trabalhadores, que viram reduzidos drasticamente os salários, depois de nestas empresas se ter assistido, como norma, ao despedimento dos trabalhadores com vínculos precários e que estavam em período experimental.

Com esta atitude o conjunto das empresas do sector rodoviário privado de passageiros demonstrou que não sobrevive sem os apoios e pagamentos do Estado, o que tanto combateram para se apoderarem da ex. RN.

Neste momento apesar da necessidade de transportes para a população, que aos poucos retoma a actividade, continuam na situação de “lay-off”, enquanto se começa a verificar sobrelotação de autocarros, em particular nas primeiras horas da manhã e finais de tarde.

Pelo que é conhecido estas empresas continuam a receber apoios do Estado, nomeadamente com o pagamento do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) na base do histórico, do ProTrans (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público) e o apoio aos passes 4-18, sub23, Social+, conforme reconhece o próprio presidente da ANTROP que à saída de uma reunião com o Ministério do Ambiente afirmou que **“recebeu garantias de que, de facto, as verbas que tinham sido prometidas para o financiamento do transporte público, estão a ser concretizadas”**.



Por outro lado, o presidente da ANTROP afirma que foram dadas garantias que **“o governo deu instruções e confirma que as autarquias podem usar as verbas do transporte escolar para o financiamento do transporte público”**.

Em suma:

- **O Estado Português está a pagar a empresas privadas para que estas estejam paradas, numa altura que há necessidade de maior oferta para proteger os cidadãos.**
- **Milhares de trabalhadores com a redução dos seus salários e com os dinheiros da Segurança Social, estão a suportar a generalidade dos encargos destas empresas.**

O Governo Português não pode ser apenas um pagador, que não tem em conta a prestação efectiva dos serviços que estas empresas deviam prestar à população.

Reivindicamos do Governo que na defesa e protecção dos utentes (lotação de 2/3), na defesa dos dinheiros públicos, determine a obrigatoriedade das empresas do sector rodoviário de passageiros, cessem as situações de “lay-off”, retomem a actividade normal e ocupem a totalidade dos trabalhadores, a quem deve ser pago os salários por inteiro e sem perda de direitos.

Lisboa, 28 de Maio 2020

A FECTRANS